



PREFEITURA DE PRINCESA ISABEL

Processo Administrativo nº 100083/2023 - Pregão Eletrônico nº 079/2023

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Na qualidade de autoridade competente da Prefeitura de Princesa Isabel, Estado Paraíba, no uso das minhas atribuições, venho tornar público a autorização para abertura de Processo Administrativo de Responsabilização e dar outras providências.

Diante das orientações contidas no parecer jurídico de 08/05/2024 do Dr. José Mavial Elêr Fernandes de Sousa, Advogado OAB/PB nº 14422, assessor jurídico deste município, bem como, pelo descumprimento dos itens: 9.12.2, 9.12.3 e 9.12.4 do instrumento convocatório de 13/03/2024 (Folha 11) do Pregão Eletrônico Nº 079/2023, praticado pela empresa Paulo Ricardo Cordeiro de Gois-ME, CNPJ nº 32.407.715/0001-50, lotada na Avenida Gerson Goncalves de Lima, Nº 515, Cruzeiro, Custódia-PE., conforme os fatos a seguir narrados, determino o seguinte:

DOS FATOS:

A Prefeitura de Princesa Isabel-PB, notificou a empresa Paulo Ricardo Cordeiro de Gois-ME através do Diário Oficial do Estado da Paraíba (Edição de 20/04/2024 folha 45), Jornal Oficial do Município (Edição-Extra de 22/04/2024 folha 2), Diário Oficial dos Municípios do Estado da Paraíba (Edição de 22/04/2024 folha 43), Diário Oficial da União – Sessão 3 (Edição de 25/04/2024 folha 219), para apresentar as seguintes informações/peças abaixo relacionadas, para ser juntado nos autos do Pregão Eletrônico Nº 079/2023, onde transcorreu através do Processo Administrativo nº 083/2023, conforme previsto na cláusula décima primeira do contrato nº 0203048/2024 (Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação). Vejamos a seguir:

1º) - Apresentar uma peça documental (defesa) que comprove qual é o código de controle da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida às 08:05:14 do dia 01/02/2024, válida até 01/08/2024;

2º) - Apresentar uma peça documental (defesa) que comprove o número da Certidão Negativa de Regularidade Fiscal, emitida pela Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco do dia 20/02/2024 válida de até 20/05/2024;

3º) - Apresentar uma peça documental (atestado/declaração/defesa) que comprove a veracidade da Certidão Negativa de Débitos Municipais - TLF Nº 0040/24, emitida pela Prefeitura de Custódia-PE do dia 26/01/2024, com válida de até 90 (noventa) dias.

Em, 02/05/2024, a empresa Paulo Ricardo Cordeiro de Gois-ME, encaminhou através do e-mail: lojacustomed@gmail.com para o e-mail: licitaprincesa2017@gmail.com, um ofício e uma cópia de um parcelamento junto a Receita Federal do Brasil, e não apresentou as informações/peças solicitadas.



PREFEITURA DE PRINCESA ISABEL

Processo Administrativo nº 100083/2023 - Pregão Eletrônico nº 079/2023

CONSIDERAÇÕES:

Considerando, que o contrato nº 0203048/2024 tem como objeto: Prestar o fornecimento parcelado de material de limpeza hospitalar, para atender a demanda das Unidades de Saúde e do Hospital Deputado José Pereira Lima, referente aos itens: 1 a 191, 21, 22, 24 e 25;

Considerando, que o parecer jurídico recomenda a suspensão imediata dos contratos abrangidos pelas certidões supostamente adulteradas, mantendo válidos os contratos com certidões regulares;

Considerando, que o contrato nº 0203048/2024 foi suspenso em 17/05/2024 sendo publicado a sua suspensão no Jornal Oficial do Município (Edição-Extra de 17/05/2024 folha 4), Diário Oficial dos Municípios do Estado da Paraíba (Edição de 20/05/2024 folha 38), Diário Oficial do Estado da Paraíba (Edição de 25/05/2024 folha 63);

Considerando, que o parecer jurídico recomenda a instauração de processo administrativo de responsabilização, previsto no art. 158 da Lei de Licitações, com a constituição de uma comissão com, no mínimo 02 membros (servidores efetivos);

Considerando, que o parecer jurídico recomenda que após a instauração, notificar a empresa para apresentar defesa no prazo de 15 dias úteis, consoante disposto no art. 158 da lei 14133/2021;

Considerando, que o parecer jurídico recomenda que após a conclusão do procedimento, acaso se confirmem os fatos, notificar o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, além do Ministério Público Estadual e do MPF, para as providências cabíveis;

Considerando, que para evitar os desabastecimentos de medicamentos e materiais médicos hospitalar do Hospital Deputado José Pereira Lima, poderá ser convocado o próximo colocado de acordo com o ranking do pregão.

Desta forma, só resta uma alternativa, a convocação do próximo classificado no PE Nº 079/2023, caso o mesmo, não tenha interesse deverá ser convocado os demais classificados, evitando com isso, possíveis transtornos na execução da prestação de serviço junto a municipalidade princesense.

CONCLUSÃO:

Diante do exposto acima, autorizo ao Sr. Jacé Alves de Oliveira, Pregoeiro Oficial desta Prefeitura, para reverta a adjudicação através do sistema eletrônico compras públicas e adotar todos os procedimentos administrativos para convocação do próximo classificado de acordo com ordem de classificação dos itens de 1 a 191, 21, 22, 24 e 25 do PE nº 079/2023, para tanto deverá ser concedido para assinatura do contrato o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do 1º dia útil subsequente da sua publicação, caso o notificado não se pronuncie, não será aplicada qualquer penalidade, em função das propostas de preços apresentadas já está com mais de 60 (sessenta) dias de validade.

Autorizo ainda, ao Sr. Manoel Francelino de Souza Neto, Agente Administrativo (Mat. nº 18.570), Sra. Maria Aparecida Eneas de Souza, Contadora (Mat. nº 20.271) Sr. Caio Henrique



PREFEITURA DE PRINCESA ISABEL

Processo Administrativo nº 100083/2023 - Pregão Eletrônico nº 079/2023

Quidute Nunes, Coordenador (Mat. nº 20.400), todos membros da Comissão de Processo Administrativo nomeados através da Portaria nº 042/2024 de 12/03/2024, para instaurar um Processo Administrativo de Responsabilização, onde deverá ser notificado o representante da empresa Paulo Ricardo Cordeiro de Gois-ME, para querendo apresentar defesa ou justificativa, sobre as certidões apresentadas que não foram reconhecidas como válidas pelos órgãos competentes, constante nos autos do PE nº 079/2023, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, consoante no disposto do art. 158 da lei 14133/2021.

A notificação deverá ser publicada da mesma forma do instrumento convocatório.
Publique-se e cumpra-se.

Princesa Isabel-PB, 10 de junho de 2024.

RICARDO PEREIRA DO NASCIMENTO
Autoridade competente